

Resenha / Dossiê Migrações, exílios e diásporas: o mundo em movimento no século XIX

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Imigração portuguesa no Maranhão e sua inserção na sociedade local (1822-1930)*. Rio Grande do Norte: Rede Internacional Interdisciplinar de Pesquisadores em Desenvolvimento de Territórios, 2024. 381 p.

Para além de “figuras da paisagem”: agência e inserção dos portugueses no Maranhão (1822-1930)

Beyond “Figures of the Landscape”: agency and Insertion of the Portuguese in Maranhão (1822-1930)

Más allá de las “figuras del paisaje”: agencia e inserción de los portugueses en Maranhão (1822-1930)

Diego Pereira Santos, *Universidade do Estado do Pará* ✉  

Marcelo Vieira Magalhães é um historiador da imigração em direito ao Maranhão. Tanto a sua dissertação de mestrado sobre a imigração síria e libanesa (2009) quanto a sua tese de doutoramento acerca dos portugueses (2019), ora publicada em livro, tiveram como temática principal o deslocamento não forçado de pessoas para o Maranhão. Essa compreensão inicial da trajetória do autor cruza-se com a narrativa desenvolvida ao longo da obra, pois o livro situa-se em uma imersão histórica no passado do lugar, mas que se relaciona com os sujeitos e as trajetórias daqueles que vieram “de fora”, portugueses de nascimento, os quais ali re(construíram) as próprias vidas, em suas múltiplas dimensões.

Iniciemos pelo título da obra: *Imigração Portuguesa no Maranhão e sua Inserção na Sociedade Local (1822-1930)*. Marcelo chama a atenção pelo ineditismo da obra, por se tratar de um trabalho inédito voltado, exclusivamente, aos portugueses no Maranhão. Dessa forma, conduz uma análise dessa presença, diante de tantos vínculos estabelecidos entre a região e Portugal. De fato, desde o período colonial, é impossível pensar o Maranhão, com a grafia aportuguesada, sem a ele conjugar a conquista do território pelos lusos, em 1615, ou a sua situação de capital de “cabeça” do estado, de mesmo nome, durante o reinado filipino.

Como pensar uma presença tão constante do ponto de vista histórico e material no Maranhão? O historiador encarou o modo como a historiografia “desprezou” ou “naturalizou” a presença portuguesa, em particular “sem problematizar” essa situação

e inserção. Essa compreensão ajuda a entender como é trabalhado o objeto de estudo ao longo do livro, pois esses sujeitos serão “problematizados”, o que significa que, além de estarem no centro da narrativa desenvolvida, serão analisados diante das suas ações, ressaltando a diversidade de experiências vividas por eles em solo maranhense.

Não se pode deixar de pensar nas dificuldades que estiveram associadas ao empreendimento. O historiador optou por uma via arriscada, pois resolveu, diante de tantos fios e rastros encontrados da imigração portuguesa, conduzir uma pesquisa que buscou alcançar, com alguma precisão, 108 anos (1822-1930). Crê-se que, desde o momento em que essa abrangência temporal fora definida, a inquirição passou a ser demonstrada, cada vez mais, como desafiadora, já que a pesquisa precisava manter o fôlego narrativo ao longo de toda a obra, além da necessidade de contemplar, com dados críveis, uma periodização tão longa.

O recorte temporal é justificado pelo pesquisador à medida que se estende do ano da independência do Brasil –data em que os portugueses se tornaram, efetivamente, estrangeiros no Brasil – até 1930, quando o então presidente da República, Getúlio Vargas, criou a primeira medida restritiva associada à imigração estrangeira no Brasil (Decreto nº 19.482). Essa baliza temporal, a qual o próprio autor considera extensa, permitiu “observar as mudanças de perfil, estratégias de inserção social, rejeição/assimilação e representações sociais dos portugueses na província/estado do Maranhão”.

Diante da envergadura da análise, Marcelo Magalhães propôs-se a enfrentar a aridez dos números e das estruturas e fórmulas atinentes à quantificação dos dados. Os elementos quantitativos, como as tabelas, por outro lado, não aparecem soltos ou desconexos, mas fazem parte da estratégia narrativa do autor ao longo da obra. Ressalte-se que, da forma como foram associados, considera-se que o uso da quantificação enriqueceu o trabalho de perquirição e não se desconectou das análises dialogadas com a historiografia e com a diversidade de registros históricos inventariados.

O livro manteve um número, ainda relevante, de tabelas, somando vinte, o que parece razoável para uma publicação. Porém, como se trata de um dos marcadores da estrutura argumentativa do autor, infere-se que, ao realizar a organização quantitativa dos dados, o pesquisador assumisse um propósito: provar, com dados concretos, que aquela presença não foi ocasional, mas, pelo contrário, materializou-se. A quantificação revela o quanto essa presença foi expressiva. Era, necessário, portanto, provar o argumento inicial, o de que a presença portuguesa foi, historicamente, relevante.

Como ponto fundamental, ressalta-se o diálogo direto com a escrita histórica, ou seja, como a historiografia tem discutido a temática. Nesse sentido, o texto estabelece um debate profícuo com a historiografia brasileira e portuguesa, demonstrando os avanços dos trabalhos realizados, de norte a sul do Brasil, relacionados à imigração e à congênere portuguesa, a despeito de como a “historiografia maranhense” vem

abordando o tema. O historiador chama a atenção para o fato de que a historiografia maranhense não estudou os imigrantes “numa perspectiva da imigração”, ressaltando, na maioria das vezes, o caráter contextual ou exemplar das abordagens. Essas evidências são corroboradas ainda com a constatação de que são trabalhos que não mensuram, não buscando, assim, identificar “o contingente de cada nacionalidade ou mesmo a soma de todos eles, muito menos o seu perfil”. É, exatamente, essa lacuna que o trabalho de Marcelo Magalhães busca ocupar.

O livro está dividido em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. Tem-se então uma estrutura integrada e com coerência interna sobre a imigração portuguesa no Maranhão:

No primeiro capítulo, intitulado “O Maranhão dos portugueses”, abrange quatro tópicos: “Condições materiais da província/estado do Maranhão”; “As tentativas de modernização da Província/Estado”; “Os portugueses no cenário político no Maranhão”; “Representações sociais negativas dos portugueses no Maranhão”; e “A mudança das representações sociais dos portugueses no Maranhão”.

Nessa parte inicial, o autor traz algumas ideias importantes. Destaca que parte da historiografia enfatiza as condições materiais do Maranhão no século XIX e início do século XX intercalando “[...] longos períodos de penúria e poucos momentos de desenvolvimento” (Magalhães, 2024, p. 43). Essa percepção estática passa a ser questionada, pois não seria possível estabelecer essa “dicotomia evolução x crise”. São enfatizadas nuances de diversos períodos, como o “sistema agroexportador escravista”, que são marcados por “diferentes momentos de expansão e crise”. Afirma, nesse sentido, que não se trata da negação da defasagem da economia do Maranhão, “[...] mas de reafirmar que não existia uma decadência ou crise permanente, e sim crises ao longo do século XIX (Faria, 1996)”.

Durante o século XIX, após 1830, as reclamações de presidentes de província quanto à falta de recursos expressavam “[...] o esgotamento das receitas superiores às despesas, ainda que esporadicamente um outro registrasse situação favorável” (Magalhães, 2024, p. 50). O final do século XIX e o início do século XX prenunciam, no entanto, uma situação mais favorável, refletida na “construção do parque fabril”, destacando-se tanto pelas indústrias têxteis criadas em São Luís, quanto em Caxias e Codó. “O capital outrora investido em terras, escravizados e no comércio ganhou novos rumos diante das crises das lavouras voltadas ao mercado externo e ao fim do escravismo, sendo no final do século XIX a indústria o caminho para preservá-lo e reproduzi-lo” (Magalhães, 2024, p. 53).

O que está em questão nesse debate é a compreensão estereotipada de uma “crise geral” sobre a economia maranhense, que, no entanto, ganha diversos matizes nos argumentos elencados pelo autor, sem que se possa estruturar uma visão única e taxativa, na maioria das vezes, desassociada da realidade.

O segundo capítulo, dedicado à imigração portuguesa propriamente dita, concentra-se na análise do perfil dos emigrados. Ratifica-se que eram, em sua maioria,

homens em idade produtiva, solteiros e voltados ao comércio (Magalhães, 2024, p. 180). Entre as motivações para a saída de Portugal, autores como Oliveira Martins e João Serrão apontam para as crises e problemas econômicos, não obstante a “[...] falta de trabalho em obras públicas, a redução dos vencimentos ou dos quadros do pessoal burocrático, assim como a crônica crise agrícola” (Martins, 1994, p. 176-177). O historiador concorda, em parte com Martins e Serrão, somando à análise as oportunidades surgidas no Brasil oitocentista e o serviço militar obrigatório como outros motivadores.

O pagamento da remissão, muitas vezes convertido na compra de passagens para o Brasil, tornava-se alternativa mais atraente do que os seis ou sete anos de serviço nas forças militares, estimulando inclusive práticas clandestinas (Pereira, 2002, p. 22). A travessia atlântica, realizada inicialmente em embarcações a vela e posteriormente a vapor, era marcada por riscos, desconfortos e precariedades, sobretudo para os passageiros de terceira classe (Magalhães, 2024, p. 133-134).

Enquanto o Brasil tinha mais de 80% de analfabetos, os imigrantes portugueses vinculados ao comércio no Maranhão apresentavam taxas de alfabetização superiores a 70-80% em certos períodos. Isso lhes garantia uma vantagem competitiva enorme na sociedade local. Além disso, destaca a importância das redes de solidariedade, ativadas desde a decisão de emigrar e fundamentais para a inserção dos recém-chegados. O comércio constituiu-se como principal espaço de acolhimento e mobilidade, permitindo a articulação de vínculos de trabalho e proteção entre conterrâneos.

A busca por dados quantitativos conduziu à mobilização de diferentes fontes, como o recenseamento geral de 1872, que identificou 2.266 portugueses no Maranhão, configurando o nono maior contingente entre as províncias e o município da Corte (Magalhães, 2024, p. 184). O censo consular de 1881 apontou 1.268 portugueses, ainda que com lacunas metodológicas. Já o censo republicano de 1890 apresentou números reduzidos (606), impactados tanto pela Grande Naturalização de 1889 quanto por dificuldades na coleta. Tais oscilações revelam os limites das fontes e as dificuldades inerentes à mensuração de contingentes estrangeiros.

O perfil demográfico sofreu alterações ao longo do tempo. Se entre 1822 e 1840 predominavam indivíduos com mais de vinte e cinco anos, os passaportes entre 1866 e 1888 indicam concentração em idade produtiva (69%). Apesar do aumento do fluxo feminino em outras regiões do Brasil, o Maranhão manteve preferência por imigração masculina, solteira e vinculada ao comércio, sendo as mulheres, em grande parte, acompanhantes de cônjuges ou parentes (Magalhães, 2024, p. 196-197).

O terceiro capítulo volta-se para a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, tema que atravessa a própria dinâmica de inserção dos portugueses na sociedade local. Ainda que a obra dialogue, amplamente, com a historiografia sobre imigração, a discussão poderia ser aprofundada no que concerne às continuidades e tensões do mundo do trabalho no pós-abolição, a transição não se deu de forma linear,

e compreender como os portugueses se inseriram em uma sociedade marcada por hierarquias raciais e por práticas coercitivas remanescentes permitiria ampliar ainda mais o alcance interpretativo da análise (Lara, 1998).

Ao tratar da participação lusa na reorganização do mundo do trabalho, evidencia-se que os portugueses não foram agentes periféricos nesse processo. Ao contrário, a sua presença nas atividades comerciais e urbanas revela envolvimento direto na recomposição econômica que acompanhou o declínio do sistema escravista (Magalhães, 2024, p. 217). Não se tratava apenas de substituir braços, mas de ocupar espaços estratégicos em uma sociedade que redefinia as suas bases produtivas sem romper completamente com hierarquias consolidadas.

Entretanto, quando o autor examina as experiências vinculadas às colônias agrícolas e aos chamados “engajados”, torna-se visível que o projeto de consolidação do trabalho livre esteve longe de alcançar os resultados esperados. As condições materiais adversas, a precariedade da infraestrutura e as dificuldades administrativas contribuíram para o fracasso prático dessas iniciativas (Magalhães, 2024, p. 249). Comprova-se, dessa maneira, que a transição não significou melhoria imediata das condições de vida, mas, frequentemente, expôs os trabalhadores a novas formas de vulnerabilidade.

Se, por um lado, o comércio urbano ofereceu possibilidades de mobilidade e consolidação de redes, por outro, as experiências nas colônias revelam limites estruturais do projeto de reorganização do trabalho. Essa tensão, evidenciada pelo historiador, contribui para afastar leituras lineares da transição e para complexificar a compreensão da presença lusa no Maranhão oitocentista.

O quarto capítulo, dedicado à inserção social e às sociabilidades, aprofunda a análise da forma como os portugueses deixaram de ser apenas imigrantes para se tornarem parte constitutiva da sociedade maranhense. Se, nos capítulos anteriores, a ênfase recaiu sobre números, perfil e inserção econômica, aqui o autor desloca o olhar para as estratégias de consolidação social, evidenciando que a permanência e a ascensão desses sujeitos estiveram relacionadas, diretamente, à construção de vínculos duradouros.

O comércio de escravizados e o transporte marítimo de mercadorias foram ramos que contaram com a presença dos portugueses. Durante a década de 1830, houve a participação direta de negociantes estabelecidos na praça maranhense, capitães de embarcações e até autoridades consulares no tráfico. Foram ressaltados nomes de lusitanos, como Antônio Pinto Ferreira Vianna, e o envolvimento do vice-cônsul, José Caetano Gonçalves, que negociava escravizados na embarcação *Águia*. Talvez o historiador, atento aos portugueses, não tenha a plena convicção de que estava diante dos últimos navios de escravizados desembarcados em São Luís.

No que se refere aos casamentos, demonstra-se que tais uniões não podem ser compreendidas apenas como decisões privadas, mas como estratégias sociais. Os caixeiros e os guarda-livros que possuíam tino comercial poderiam ser “selecionados”

para casar com as filhas dos patrões e, dessa maneira, “[...] garantir o sustento de seus descendentes e ampliar sua importância econômica e social” (Magalhães, 2024, p. 322), logo muitos portugueses contraíram matrimônio com brasileiras. Não se tratava apenas de integrar-se, afetivamente, à sociedade local, mas de estabelecer conexões que garantissem estabilidade econômica e reconhecimento social. O casamento funcionou, nesse contexto, como mecanismo de inserção e legitimação.

A penetração dos lusos na sociedade contou, ainda, com uma mudança de atitude. A criação de entidades associativas foi fundamental neste processo. O Gabinete Português de Leitura (1853) fora precursor desse tipo de associativismo. A Sociedade Humanitária 1º de Dezembro (1862) chegou até a aceitar brasileiros como beneméritos, “[...] proporcionando transporte aos associados e pobres para outras províncias ou para Portugal, tratamento médico, abrigo, mesadas aos necessitados e sepultamentos” (Magalhães, 2024, p. 330). Mas foi com a criação do Hospital Português (1867) que se aumentou, ainda mais, “a visibilidade das ações e da filantropia dos portugueses, já que atendiam, gratuitamente, portugueses não sócios desvalidos”. Essas ações contribuíram, para além da ajuda mútua e do prestígio social, para construir uma imagem positiva dos imigrantes.

Ainda que em um trabalho tão longo seja difícil controlar todas as variáveis envolvidas, evidencia-se a repetitividade como um dos elementos da obra, podendo-se especificar dois conjuntos: um primeiro de expressões e de frases intencionais e que se estabelecem pelo paralelismo semântico e reforçam os argumentos centrais do trabalho: o número considerável de portugueses, o cotejamento com outros espaços e a insistência em pensar um modelo de imigração próprio. Por outro lado, alguns trechos, poucos, repetem-se ao longo da obra, o que gera um certo desequilíbrio dentro da estrutura narrativa, mas nada que desabone o trabalho de fôlego empreendido.

A leitura atenta do livro permite, também, perceber a limitação geográfica da obra, uma vez que a maioria dos dados expressos se limita à capital. Isso não quer dizer que os dados de outras localidades não sejam apensados, mas existe uma preponderância da capital. O fato, todavia, é indicado pelo próprio autor, que chega até a justificar a predominância pelo fato de São Luís concentrar a maioria dos imigrantes portugueses, as instituições lusas e os investimentos de capital.

Quanto às fontes, o autor reconhece que algumas delas foram utilizadas sem maior profundidade. Destaque-se aqui o site do *Trans-Atlantic Slave Trade Database* (<https://www.slavevoyages.org/>), pois é controversa a constatação de que no endereço não estão registradas viagens “dessa natureza [com escravizados] para o Maranhão no século XIX” (Magalhães, 2024, p. 292). É verdade que se filtrarmos as viagens por Maranhão ou Grão-Pará não se encontrará, *a priori*, nenhum resultado, pois é preciso um exame mais acurado, cuja consulta necessita a análise de cada ficha (numerada) sobre o filtro “Brasil” e depois “Amazônia” para se enxergarem as diversas informações de tumbeiros que desembarcaram no Maranhão. Não se trata, todavia, de um erro, mas do costume de uso do recurso. Seria exigir muito que o

historiador se aprofundasse em todas as fontes, afinal não se trata de uma “história total”, ainda que o uso da ferramenta permitisse a busca nominal de capitães / proprietários portugueses, o que poderia ter auxiliado na comparabilidade dos dados.

Além dessas fontes, a incessante busca por aprender o perfil dos portugueses impeliu o historiador a mobilizar, mesmo reconhecendo as limitações, diferentes fundamentos históricos, inclusive algumas menos utilizadas até aquele momento pelos pesquisadores: correspondências do consulado de Portugal no Maranhão, registros de passaporte e atas da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro. A primeira delas foi das mais utilizadas, tanto pela quantidade (4500 páginas) quanto pelo período que cobre (1831-1927). Essas fontes, entre as muitas compulsadas, constituíram-se como fundamentos para as demonstrações realizadas, dentre elas a de que a presença dos portugueses foi constante, cerca de duas mil, “[...] durante quase todo o período estudado” (Magalhães, 2024, p. 347).

Ao se findar a leitura e a análise do livro, reconhece-se a tentativa bem-sucedida do historiador em “desenhar como foi a imigração portuguesa para o Maranhão e como se deu sua inserção social, entre os anos de 1822 e 1930”. Para tanto, Marcelo Magalhães teve de lidar com um *passado-presente* da história da imigração dos lusitanos no Maranhão. A publicação, portanto, alcança o mérito de conseguir desmistificar a ideia de que os portugueses foram, ao longo do tempo, apenas “figuras da paisagem”, dado que os revela como agentes econômicos e políticos centrais.

Referências

FARIA, Regina. S. d. *A crise da economia agroexportadora escravista no Maranhão*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1996. Projeto de Pesquisa.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 16, p. 25-38, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185> Acesso em: 5 fev. 2026.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885- 1930): entre táticas e representações*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Imigração portuguesa no Maranhão e sua inserção na sociedade local (1822-1930)*. 2019. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, Lisboa, 2019.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política de emigração portuguesa (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC, 2002.